

editorial

PLANOS PARA A SAÚDE REGIONAL

O Conselho Regional de Saúde, inativo há um par de anos e onde têm assento representantes de vários sectores da sociedade açoriana, esteve reunido ontem, em Angra, e ao qual foi solicitada uma reflexão sobre a “reorganização estrutural com pensamento estratégico” que o Executivo regional pretende levar a cabo. Por outras palavras, o Executivo está a preparar um novo Plano Regional de Saúde, válido para a próxima década. De acordo com o titular da pasta, um dos principais problemas reside no financiamento do setor, a ponto de ter deixado para reflexão do Conselho saber até que ponto o sistema atualmente em vigor - tendencialmente gratuito e universal - é sustentável no futuro. Cabe ao Estado definir as prioridades em termos de aplicação dos impostos dos portugueses. Educação e Saúde parecem ser consensuais. Menos consensual será a arquitetura e o funcionamento destes dois sistemas. O Estado, ao ter recursos limitados, só tem uma coisa a fazer que é otimizar o financiamento que tem, ou seja, fazer mais com o dinheiro de que se dispõe. No caso dos Açores, ao que tudo indica, o setor da Saúde já consome mais de 40% das receitas próprias. Se lhe juntarmos o setor da Educação e restante administração pública, muito pouco resta para

a Economia. É uma relação desequilibrada? Porventura será. Mas era previsível que resultaria em desequilíbrio quando o sistema regional de Saúde foi desenhado e como evoluiu, vai evoluir e ainda assim com muitas insuficiências. Não temos quaisquer dúvidas que, neste caminho, o orçamento regional não aguenta. Mas também temos todas as certezas que os açorianos têm direito a assistência na Saúde como qualquer outro português. Então, a sustentabilidade do sistema deveria ter sido acautelada logo no início da Autonomia. E, em nosso entender, só há uma maneira que é o Orçamento de Estado assegurar o financiamento per capita (custo do Sistema Nacional de Saúde, a dividir pelo número de utentes continentais, a multiplicar pelo número de utentes açorianos); outro tanto deveria ser válido para a Escola. A cargo do orçamento regional deveriam estar os sobrecustos derivados da insuficiência de recursos, da necessidade de fixação de profissionais, a recuperação de infraestruturas e equipamentos, etc. Ou seja, o Governo Regional deveria funcionar supletivamente em função das especificidades próprias dos Açores e dos açorianos. É uma luta que vale a pena travar em sede de revisão da Lei de Finanças Regionais. Até lá, gerir bem o que se tem. **di**

ANTÓNIO BULCÃO [10]

O que caço

“Tive muitos caçadores, na minha família.”

ÁLVARO DÂMASO [11]

Questões em torno da Autonomia Regional

“Os verdadeiros adjetivos da autonomia: política e administrativa.”

PEDRO AMARAL [11]

A profecia autorrealizada

“O sujeito tem uma... crença, que pode ser falsa, sobre outra pessoa.”

HELIODORO TARCÍSIO [15]

Bagas de Beladona (143)

“A sua faixa ser-lhe-á entregue em breve. E use-a com orgulho...”

FÁTIMA VIVEIROS, INVESTIGADORA DA UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Região não pode ficar dependente de auxílio externo em erupções

Há uma maior articulação entre institutos de vulcanologia da Macaronésia. Fátima Viveiros, do IVAR, salienta, ainda assim, a importância de a região ter equipamentos próprios e recursos humanos qualificados.

O PROJETO VOLRISMAC II, FINANCIADO PELO PROGRAMA INTERREG MACARONÉSIA, ENTRE 2020 E 2022, TINHA COMO OBJETIVO MELHORAR AS CAPACIDADES DE MONITORIZAÇÃO E DE RESPOSTA DA ATIVIDADE VULCÂNICA NAS ILHAS DA MACARONÉSIA. QUE TRABALHO FOI DESENVOLVIDO NESSE PERÍODO? TERÁ CONTINUAÇÃO?

O projeto VOLRISMAC II (INTERREG MAC) foi alvo de uma prorrogação, essencialmente devido à pandemia de covid-19, e ainda se encontra em curso. No caso dos Açores, as instituições envolvidas são a Universidade dos Açores, através do IVAR – Instituto de Informação em Vulcanologia e Avaliação de Riscos e o CIVISA – Centro de Informação e Vigilância Sismovulcânica dos Açores. Como entidades responsáveis pela monitorização sismovulcânica do arquipélago, durante o projeto têm sido desenvolvidas atividades para garantir a monitorização dos vários sistemas vulcânicos ativos dos Açores, integrando técnicas quer geofísicas

(sismicidade, deformação crustal), quer geoquímicas. Os trabalhos desenvolvidos recorrem não só aos equipamentos instalados de forma permanente nos vulcões, mas também a campanhas de monitorização regulares. A definição de boas práticas em termos de estratégias de vigilância vulcânica extensiva aos diferentes arquipélagos da Macaronésia constitui um dos objetivos do projeto. Adicionalmente, uma estratégia de mitigação de riscos é a realização de simulacros que permitam testar a capacidade de resposta das várias instituições não só científicas, mas também em articulação com as autoridades de proteção civil. O IVAR e o CIVISA promoveram um simulacro em 2021 que permitiu aferir procedimentos, e que foi importante para a resposta durante a crise sismovulcânica em curso na ilha de São Jorge desde março de 2022.

HÁ HOJE UMA MAIOR ARTICULAÇÃO ENTRE OS INSTITUTOS DE VULCANOLO-



FÁTIMA VIVEIROS Garantia de meios “não se coaduna com interregnos de financiamento”

GIA DOS DIFERENTES ARQUIPÉLAGOS? ESTÃO MAIS BEM PREPARADOS PARA ENFRENTAR UM CENÁRIO DE ERUPÇÃO VULCÂNICA?

A implementação de projetos de colaboração e a possibilidade de partilha de conhecimentos resulta, claramente, numa maior articulação entre as instituições envolvidas. O projeto VOLRISKMAC II, que constitui uma linha de continuidade do anterior VOLRISKMAC I, tem permitido fortalecer relações quer com o Instituto Volcanológico de Canarias (INVOLCAN), quer com a Universidade de Cabo Verde e com o Instituto das Florestas e Conservação da Natureza da Região Autónoma da Madeira. A possibilidade de técnicos do IVAR e do CIVISA colaborarem com o INVOLCAN durante a erupção vulcânica de La Palma no final de 2021 foi uma excelente oportunidade não só para partilhar metodologias e fomentar a capacidade de reposta durante a crise vulcânica, mas também permitiu aos investigadores açorianos adquirir experiência e know-how em cenários eruptivos, felizmente pouco frequentes nos Açores. De facto, estes fenómenos de baixa frequência, mas alto impacto, têm necessariamente que ser monitorizados em permanência. A concretização das parcerias e partilha de conhecimento resultará, inclusivamente, na realização de um curso de formação em Cabo Verde durante o mês de março e que contará com investigadores das diferentes instituições. Neste caso pretende-se contribuir para a formação de técnicos especializados em Cabo Verde, onde a última erupção vulcânica ocorreu na ilha do Fogo em 2014-2015.

A CRISE SISMOVULCÂNICA EM SÃO JORGE, QUE DECORRE DESDE MARÇO DE 2022, FOI UMA OPORTUNIDADE PARA COLOCAR EM PRÁTICA A COLABORAÇÃO ENTRE OS INVESTIGADORES DOS DIFERENTES ARQUIPÉLAGOS? QUE IMPORTÂNCIA TEVE ESTA PARCERIA?

No decorrer da crise sismovulcânica em São Jorge, o INVOLCAN colaborou com o IVAR e com o CIVISA em abril de 2022, nomeadamente ao realizar medições de gases no solo que complementaram as medições levadas a cabo pelos investigadores açorianos desde o dia 20 de



SÃO JORGE INVOLCAN disponibilizou ao IVAR um equipamento portátil de medição de enxofre na crise sismovulcânica

março. Adicionalmente, os técnicos do INVOLCAN deram formação aos elementos do IVAR e do CIVISA no sentido de usarem um equipamento que permite efetuar medições de dióxido de enxofre, principal gás emitido durante erupções vulcânicas. As parcerias desenvolvidas permitiram, assim, que as relações estabelecidas estivessem alinhadas e estruturadas, o que facilita todas as dinâmicas associadas à gestão de uma crise.

PARA ALÉM DA PARTILHA DE CONHECIMENTOS ENTRE INVESTIGADORES, ESTES ARQUIPÉLAGOS PODEM TAMBÉM COLABORAR COM A PARTILHA DE EQUIPAMENTOS. ISSO JÁ ACONTECEU NOS AÇORES? A partilha de equipamentos entre as diferentes equipas envolvidas no projeto tem sido um aspeto re-

levantado do projeto. De facto, durante a crise em curso na ilha de São Jorge o INVOLCAN disponibilizou ao IVAR um equipamento portátil de medição de dióxido de enxofre de forma a que se pudesse dar uma reposta local em caso de evento eruptivo. Desde novembro de 2022, o IVAR e o CIVISA já dispõem de equipamento semelhante. Gostaria de destacar que a recente pandemia de covid-19 veio mais uma vez demonstrar a relevância de que as instituições arquipelágicas possuam capacidade de resposta local durante fenómenos eruptivos, pois em algumas circunstâncias o auxílio externo pode inclusivamente ser impossibilitado. Nesta medida, a Universidade dos Açores através do IVAR, e da relação com o CIVISA, tem efetuado diligências para que os

Açores possuam recursos humanos qualificados e instrumentação adequada para este tipo de crises vulcânicas. Este é, contudo, um desafio constante que não se coaduna com interregnos de financiamento. No que diz respeito a equipamentos, refere-se ainda que o IVAR instalou instrumentação para medição de gases vulcânicos e partículas durante a erupção de La Palma de forma a contribuir para a monitorização da qualidade do ar. A experiência do IVAR e do CIVISA com sistemas de monitorização de dióxido de carbono, como é o caso do equipamento instalado na Furna do Enxofre (Graciosa) desde dezembro de 2002, tem permitido auxiliar o INVOLCAN a definir níveis de alerta e alarme, assim como a desenvolver medidas preventivas. ■